

VIII ENECIÊNCIAS 2024

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PESQUISAS SOBRE RACISMO AMBIENTAL:
POTENCIALIDADES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Josiane Jesus Machado Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro
josianejmachado@hotmail.com

Nilcimar dos Santos Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro
nilcimars@yahoo.com

RESUMO

O presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica que aborda o racismo ambiental, termo que, embora tenha surgido nos Estados Unidos da América (EUA), tem se difundido globalmente. Ele representa um processo de injustiças ambientais, abrangendo diferentes territórios sob diferentes perspectivas de conflitos que caracterizam esses territórios como zonas de sacrifício. A pesquisa analisou a produção acadêmica sobre racismo ambiental disponível em bases de dados latino-americanas, com ênfase nos conflitos existentes nos territórios e suas potencialidades para a educação ambiental. Os 29 artigos selecionados foram categorizados pelo ano de publicação, país de origem, tipo de território, natureza do conflito, objetivo da pesquisa e tipo de comunidade envolvida. Tendo como base a observação da ocorrência dos fenômenos em diferentes ambientes, surge como possibilidade propostas de pesquisa que visem a educação ambiental crítica com objetivo de tornar os cidadãos mais participativos e engajados com questões ambientais que causam impacto em um contexto mais abrangente.

Palavras-chave: racismo ambiental. injustiça ambiental, educação ambiental crítica.

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

INTRODUÇÃO

Estamos acostumados cotidianamente em nossas sociedades com práticas que desprivilegiam grupos minoritários, configurando desigualdades raciais e injustiças contra negros, pobres e demais pessoas marginalizadas. Assim, torna-se relevante abordarmos o tema racismo, pois ele impossibilita pessoas de conseguirem oportunidades de trabalho, ele intensifica as desigualdades econômicas, intensifica a violência e até mesmo a mortalidade em alguns lugares. Nesse sentido, as desigualdades sociais se perpetuam, fazendo surgir um racismo que afeta não somente as pessoas em situação de vulnerabilidade, como também o meio ambiente. A esse contexto de atravessamentos entre estruturas de práticas de opressão social com o ambiente natural é que se tem denominado de racismo ambiental.

O racismo ambiental é um conceito que emergiu entre as décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos da América e, desde então, muito se tem falado a respeito, inclusive, foi um dos temas centrais da edição da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas COP 26, em 2021. O racismo ambiental é definido a partir de práticas de desigualdades ambientais em locais específicos de uma cidade e pode ser praticado por empresas, Governo ou a elite dominante. Tais práticas são reflexo das consequências negativas do processo de desenvolvimento econômico para as pessoas e para o ambiente e isso acaba gerando uma exposição dessas pessoas a riscos ambientais, podendo, inclusive, afetar a saúde (Herculano & Pacheco, 2006, p.1).

Nesse contexto, a elite econômica fica com a parcela vantajosa do processo de desenvolvimento econômico e a classe trabalhadora, moradora de áreas periféricas, menos valorizadas da cidade, fica com a parte residual do processo, como por exemplo, com o descarte de resto de material de obra e da indústria, a instalação de lixões, o vazamento de resíduos químicos em mananciais, a construção de instalações como presídios, parques

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

eólicos, criatórios de animais, entre outros. Esses locais e seus moradores acabam sendo expostos de forma desigual e injusta às questões de ordem social e ambiental. Esses locais são habitados, em geral, por pessoas pobres, negras e pertencentes a grupos minoritários que sofrem com a discriminação por sua cor de pele, pela herança cultural (indígenas, quilombolas etc.) e por sua condição econômica e religiosa, podendo estar expostas, ainda, a problemas ambientais, como a contaminação atmosférica, recursos hídricos, do solo, que podem trazer riscos à saúde humana. Nesse sentido, surgem as áreas ou zonas de sacrifício e, conseqüentemente, surgem as injustiças ambientais. As zonas de sacrifício são as áreas em que moram essas pessoas e onde são vistos os impactos negativos do processo produtivo do sistema capitalista, mencionados anteriormente e que prioriza os ricos e marginaliza os pobres, intensificando as desigualdades e injustiças sociais. (Herculano & Pacheco, 2006, p.1).

Nas zonas de sacrifício não há a presença do Estado e os moradores não têm o direito de escolha, nem tampouco se sentem incluídas à sociedade. Essas pessoas estão sujeitas a toda forma de injustiça social e ambiental (VIÉGAS, 2006, p.1).

Nosso modelo econômico tem sido cada vez mais predatório ao ambiente, nos fazendo caminhar a passos curtos na busca por uma sociedade que consiga atrelar o desenvolvimento econômico à preservação do meio ambiente, promovendo justiça e igualdade entre os indivíduos e minimizando os impactos e riscos ao qual as pessoas mais vulneráveis estão expostas.

Os impactos causados ao meio ambiente podem ser percebidos tanto em escala local, quanto em escala planetária. Cita-se como problemas em escala planetária, a poluição atmosférica e o aquecimento global, e como problemas locais, podemos citar a poluição hídrica e dos solos, o desmatamento, as queimadas, a desertificação e a perda de biodiversidade. Sendo que esses impactos ambientais irão atingir países e populações de diferentes maneiras, pois

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

para alguns países esses impactos serão atenuados, já em outros países, esses impactos serão mais intensos devido ao baixo poder econômico para criar ações que busquem resolver ou até mesmo amenizá-los.

É importante salientarmos que os problemas ambientais locais, irão atingir diretamente as pessoas mais vulneráveis da sociedade capitalista, gerando uma série de injustiças ambientais que só intensificam o modo como o capitalismo afeta as populações mais vulneráveis economicamente.

O termo racismo ambiental, cunhado nos EUA, começa a ser discutido no Brasil nos anos 2000 com vários pesquisadores de universidades do Brasil e próprio EUA, bem como com ativistas representantes de movimentos de minorias étnicas, com intuito de discutir o racismo ambiental.

Assumimos que o racismo ambiental traz, também, implicações para a Educação em Ciência da Natureza. Nesse sentido, neste trabalho nos interessamos no aprofundamento do tema a partir do levantamento de dados acerca do racismo no contexto brasileiro e latino-americano para entendermos como tem se dado esse processo nesses locais, em quais áreas ele se perpetua, em que tipo de comunidade etc. Para tanto, buscamos o que já existe de produção acadêmica sobre racismo ambiental, a partir da disponibilização dessas informações em bases de dados latino-americanas e não apenas brasileiras, pois assim como nós, nossos vizinhos latino-americanos também compartilham de diversas situações de racismo ambiental nos mais variados contextos territoriais.

Assim, a abordagem metodológica de pesquisa aqui adotada é a revisão bibliográfica, pois “Movidos pelo desafio de conhecer o já construído para depois buscar o que ainda não foi feito” (Ferreira, 2002, p.3). A revisão bibliográfica realizada dá ênfase aos conflitos existentes nos territórios e suas potencialidades para a educação ambiental, a fim de

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

traçarmos perspectivas para se abordar o tema racismo ambiental dentro da Educação em Ciência e Saúde. Dessa forma, essa pesquisa apresenta uma revisão a partir de nosso recorte de busca, analisando o que já existe sobre racismo ambiental a fim de identificar em que tipo de territórios ocorre o racismo ambiental, o período em que ocorreram as publicações, em quais países, o tipo de conflito existente nesses locais etc. e projetar, a partir de então, potencialidades para inserção da temática na educação ambiental crítica, bem como indagar de que forma a pesquisa pode trazer contribuições para a educação em Ciência e Saúde.

Nos próximos tópicos apresentamos a metodologia e resultados da revisão bibliográfica em pesquisas acadêmicas sobre racismo ambiental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa revisão bibliográfica foi realizada nas bases de dados Redalyc e Scielo, usando o termo “racismo ambiental”. Foram encontrados 219 artigos, identificados com “R”, quando vindos da base Redalyc, e “S”, quando vindos da base Scielo, e ainda “RS” para os que foram encontrados em ambas as bases. Para tanto, incluímos na busca da revisão bibliográfica textos que obedeciam aos seguintes critérios: I) pesquisas que discutiram, propuseram ou realizaram algum tipo de intervenção em situações de racismo ambiental; II) uma luta comunitária, sob o ponto de vista de resistência da comunidade envolvida ou até mesmo como forma de denúncia; e III) propostas de ação para educação ambiental. Por sua vez, excluimos os textos que promoviam discussões do tema a partir de contextos jurídicos ou a partir de todo um país, de forma generalizada.

Como resultado final, compomos nosso corpus de análise com 29 artigos de interesse para a revisão. Após a leitura dos artigos, criamos os seguintes critérios de categorização para

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

analisá-los: ano de publicação do artigo, país no qual foram desenvolvidas as pesquisas, tipo de território, natureza do conflito, objetivo da pesquisa e tipo de comunidade envolvida na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme mencionado, foram encontrados 29 artigos na revisão bibliográfica. Esses estão listados na tabela 1:

Tabela 1- Artigos inclusos na revisão

Cód	Referência do artigo
-----	----------------------

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

- R01 LÓPEZ-FABILA, Atsiry. Agroextractivismo y racismo ambiental: La industria porcícola en el estado de Yucatán. *Geopauta*, v. 4, n. 4, p. 93-112, 2020.
- R02 MELO, André Carneiro; BARZANO, Marco Antonio Leandro. "Se acabar o rio, a comunidade acaba": dimensão pedagógica do racismo ambiental. *Praxis & Saber*, v. 12, n. 28, p. 24-39, 2021.
- R03 MORENO PARRA, María. Racismo ambiental: muerte lenta y despojo de territorio ancestral afroecuatoriano en Esmeraldas. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 64, p. 89-109, 2019.
- R04 VÉLEZ-TORRES, Irene; PÉREZ-PÉREZ, José Joaquín; RIASCOS-RIASCOS, Diver Antonio. Ordenamiento en disputa y espacialización de la injusticia en Colombia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 28, n. 2, p. 225-240, 2019.
- S05 SANTOS, Agni Hévea dos. A justiça ambiental e os novos direitos constitucionais: a função socioambiental dos territórios quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, p. 457-478, 2018.
- R06 TAVARES, José Ricardo et al. Racismo ambiental, esquecimento e seletividade estatal: Quilombo Vidal Martins e o Parque Estadual do Rio Vermelho/SC. *Revista de Políticas Públicas*, v. 25, n. 2, p. 701-719, 2021.
- RS07 FÉLIX-SILVA, Antonio Vladimir; OLIVEIRA, Maylla Maria Souza de; BEZERRA, Laís Leal da Silva. Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal. *Saúde em Debate*, v. 44, n. spe2, p. 303-315, 2020.
- R08 KRAEMER, MATIAS FELIPE EIDELWEIN. Detonação da paisagem e conflitos socioambientais no território quilombola de Morro Alto, Rio Grande do Sul, Brasil. *Sociedad Hoy*, n. 21, p. 55-66, 2011.
- R09 CASTAÑO, ALEN. Conflictos socioambientales ocasionados por el cultivo de palma aceitera: el caso de María La Baja en Montes De María. *Jangwa Pana*, v. 17, n. 2, p. 248-257, 2018.
- R10 SILVA, José Marcos da et al. Conflitos ambientais e as águas do rio São Francisco. *Saúde e sociedade*, v. 24, p. 1208-1216, 2015.
- R11 COHEN, Miriam Alfie. Conflictos socio-ambientales: la minería en Wirikuta y Cananea. *El cotidiano*, n. 191, p. 97-108, 2015.
- R12 VÉLEZ TORRES, Irene et al. Agroindustria y extractivismo en el Alto Cauca: impactos sobre los sistemas de subsistencia Afro-Campesinos y resistencias (1950-2011). *CS*, n. 12, p. 157-188, 2013.
- R13 SILVA, Thais Sousa; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Conflitos socioambientais em áreas de complexos portuários na Amazônia paraense: ameaças, agentes e resistências. *Revista Katálysis*, v. 26, p. 89-99, 2023.
- R14 BUTI, Rafael Palermo. Histórias contaminadas: alianças ambientais das comunidades pesqueiras e quilombolas contra a violência lenta do petróleo na Baía de Todos os Santos. *Horizontes Antropológicos*, v. 29, p. e660405, 2023.
- R15 OLMEDO, Clara; DE LEÓN, Iñaki Ceberio. Zonas de sacrificio y sufrimientos invisibles. El caso de Nonogasta, Provincia La Rioja, Argentina. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, n. 40, p. 161-178, 2021.
- R16 DURÁN, Gustavo; BAYÓN JIMÉNEZ, Manuel; BONILLA, Alejandra. Habitar ante la cotidianidad de la contaminación del agua: contestaciones a las actividades extractivas en las periferias urbanas de Ecuador. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, n. 39, p. 17-39, 2020.

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

- R17 SANTANA, Amanda Oliveira de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Produção de energia eólica em Pernambuco e a injustiça ambiental sobre comunidades rurais. Revista Katálysis, v. 24, p. 245-254, 2021.
- R18 PEDRO, Viviane Vazzi; SANTOS, Rosimeire de Jesus Diniz. Povos tradicionais e indígenas no Maranhão: Violência, fronteiras territoriais e margens da normatização. Revista de políticas públicas, v. 22, p. 1387-1406, 2018.
- R19 NUNES, Edilon Mendes; GARCIA, Loreley Gomes. Sociedade e natureza: conflito territorial de poluição industrial da bacia do Rio Gramame-Mumbaba-PB. Sociedade & Natureza, v. 24, p. 255-266, 2012.
- R20 CASTILLO-GALLARDO, Mayarí. Desigualdades socioecológicas y sufrimiento ambiental en el conflicto “Polimetales” en Arica. Convergencia, v. 23, n. 72, p. 89-114, 2016.
- R21 PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. Ciência & saúde coletiva, v. 14, p. 1983-1994, 2009
- R22 FERNÁNDEZ LABBÉ, Juan. Estigma y resistencia: acción institucional y autogestión comunitaria en Alto Hospicio, Chile. Convergencia, v. 30, 2023.
- R23 SILVA, Michelle Jaber da; SATO, Michèle Tomoko. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso-Brasil. Ambiente & Sociedade, v. 15, p. 1-22, 2012.
- R24 LÓPEZ, Virginia Toledo; TITTOR, Anne. El derecho a un ambiente sano en tiempos de ecomarketing. Discrepancias entre el principio precautorio y la experiencia vivida en Córdoba, Argentina. QUID 16. Revista del Área de Estudios Urbanos, n. 14, p. 138-164, 2020.
- R25 TORRES, Luis Carlos Domínguez. Crisis global, salud y enfermedad: dimensiones contemporáneas en la agenda de la salud pública. Universitas Médica, v. 47, n. 4, p. 314-334, 2006.
- R26 VÉLEZ-TORRES, Irene; VÉLEZ GALEANO, Hildebrando. Plexos conflictivos: una visión territorial e histórica de los conflictos ambientales en la cuenca alta del río Cauca. Revista colombiana de sociología, v. 42, n. 1, p. 177-206, 20v
- R27 RODRIGUES, Jondison Cardoso. Conflitos territoriais na Amazônia Oriental, Oeste do Estado do Pará: duas situações distintas, mas a mesma lógica imperativa. Cerrados, v. 18, n. 2, p. 474-511, 2020.
- S28 RODIN, Patricia. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 23, p. e202133, 2021.
- S29 STEINBRENNER, Rosane Maria Albino; BRITO, Rosaly de Seixas; CASTRO, Edna Ramos de. Lixo, racismo e injustiça ambiental na Região Metropolitana de Belém. Cadernos MetrÓpole, v. 22, p. 935-961, 2020.

Fonte: autores, 2024.

A seguir, iremos discutir o conjunto de dados encontrados, a partir da categorização realizada, conforme já mencionada anteriormente.

Realização:



Apoio:

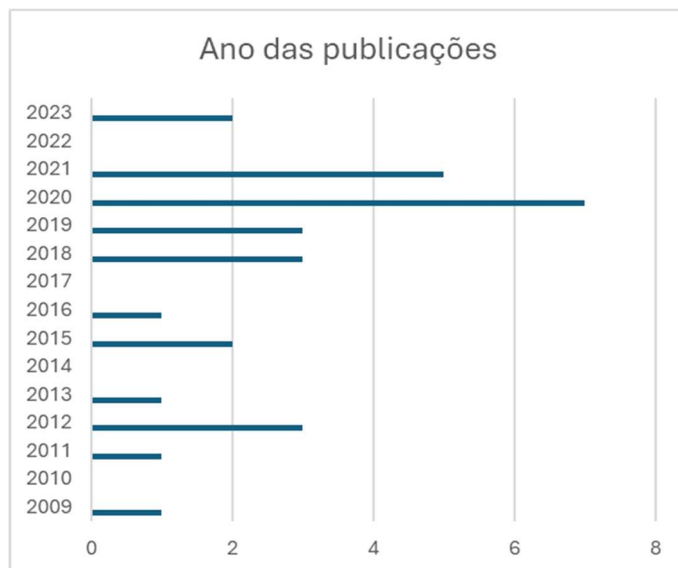


VIII ENECIÊNCIAS 2024

1- Ano de publicação dos artigos:

Com relação ao ano das publicações localizadas, compreendeu o período entre 2009 a 2023, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Ano de publicação dos artigos da revisão



Fonte: autores, 2024.

No gráfico 1 observamos que somente a partir do ano de 2018 é que se torna mais consistente a produção acadêmica sobre o racismo ambiental. Esse fator pode estar relacionado com a expansão da rede de ensino superior federal no Brasil nos últimos anos, que contou com apoio de programas como o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e

Realização:



Apoio:



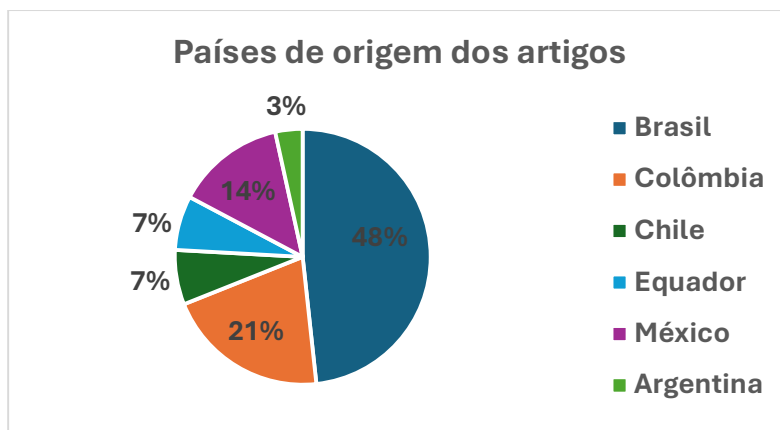
VIII ENECIÊNCIAS 2024

Expansão das Universidades Federais) para ampliação do número de universidades (Barros, 2015, p. 14) e, conseqüentemente, pesquisa acadêmica sendo realizada em novos territórios.

2- País no qual foram desenvolvidas as pesquisas

Quanto ao país de origem das pesquisas, identificamos que elas ocorrem em diversos países da América Latina, sendo que 48% dos trabalhos eram do Brasil. Em segundo lugar, está a Colômbia, seguida do México, Equador, Chile e Argentina, conforme dados do gráfico 2.

Gráfico 2 – Países de origem dos artigos



Fonte: autores, 2024.

Essa distribuição da origem dos trabalhos pode ser explicada pela semelhança do processo de colonização desses territórios latino-americanos.

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

3- Tipo de território

Quanto à categorização do tipo de território, analisamos que dezesseis artigos tratam de áreas rurais e treze de áreas urbanas. Analisamos, assim, que os conflitos envolvendo o racismo ambiental estão bastante equilibrados, ocorrendo tanto no território rural, quanto no território urbano, o que abre diversas discussões sobre o papel do território para além do lugar onde as pessoas vivem simplesmente ou do local onde se extraem recursos naturais (Santos, 2002).

4- Natureza do conflito no território

Sobre o tipo de conflito existente em cada território, identificamos que cinco artigos abordavam conflitos envolvendo recurso hídrico, um relacionava-se à exposição a produtos químicos, oito abordavam questões envolvendo a disputa pela terra, três tratavam da extração de recursos naturais, sete abordavam a agropecuária, um sobre implantação de energia eólica, três sobre contaminações e um abordava crescimento urbano desordenado (quadro 3).

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

Quadro 3 – Natureza do conflito.

Natureza do conflito	Número do artigo
Recurso hídrico	RS07, R08, R10, R16, R19
Exposição a produtos químicos	R24
Disputa pela terra	R02, R03, R05, R06, R13, R14, R18, R27
Extração recursos naturais	S28, R11, R25
Agropecuária	R01, R04, R09, R12, R21, R23, R26
Energia eólica	R17
Crescimento urbano desordenado	R22
Contaminação e poluição do ambiente	R20, S29, R15

Fonte: autores, 2024.

Com relação à natureza do conflito, observamos que os conflitos que mais se destacam são os de origem na disputa pela terra, seguidos dos que envolvem atividades econômicas ligadas a agropecuária e os que estão relacionados com o recurso hídrico.

5- Objetivo das pesquisas

Sobre os objetivos das pesquisas, categorizamos catorze artigos como centrados nas lutas dentro das comunidades, sete que propunham ações do Estado com políticas públicas, quatro que relatam denúncias de algum problema que afetava a comunidade e quatro que pensaram em estratégias para a prática da educação ambiental, conforme gráfico 3.

Realização:

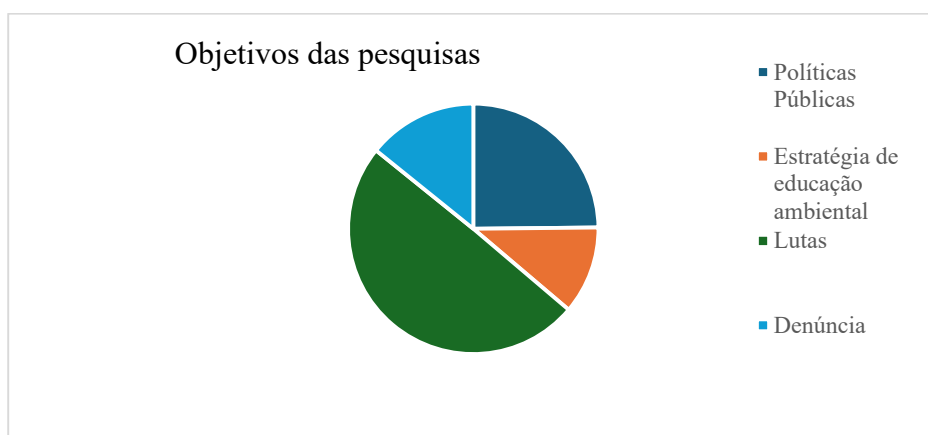


Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

Gráfico 3 - Objetivos da pesquisa



Fonte: autores, 2024

6- Tipo de comunidade

Já com relação ao tipo de comunidade alvo dos estudos, encontramos cinco pesquisas com grupos quilombolas, seis com periferia de áreas urbana, quatro com comunidades de pescadores, onze com grupos de produtores rurais, um com comunidade indígena e dois que classificamos como outros (gráfico 4).

Realização:



Apoio:



VIII ENEFICIÊNCIAS 2024

Gráfico 4 – Tipo de comunidade



Fonte: autores, 2024

Ressaltamos que as pesquisas envolvendo injustiças ambientais entre produtores rurais foram as que mais se destacaram, fato que pode ser explicado a partir de nosso modelo econômico que está pautado historicamente no agronegócio.

CONSIDERAÇÕES

Esse artigo faz uma revisão bibliográfica sobre o racismo ambiental e os conflitos ambientais que promovem injustiças ambientais no âmbito latino-americano. Nesse contexto, ainda há muito a se discutir sobre o tema devido a carência de publicações, com contextos muito diversos, com foco de pesquisa misto e fragmentado, o que no contexto brasileiro sugere um campo amplo a ser explorado.

Realização:



Apoio:



VIII ENECIÊNCIAS 2024

Na pesquisa, houve uma limitação de acesso a artigos sobre o tema, pois pode haver outros textos para serem pesquisados, que sejam provenientes de outras bases de dados ainda não acessadas, o que nos deixa uma lacuna a preencher como possibilidade futura de aprofundamento em novas pesquisas.

Tendo em vista, então, a complexidade do tema racismo ambiental em diferentes espaços, tempo e contextos, apontamos a necessidade de propor-se ações de intervenções em contextos que ainda não foram encontrados nessa revisão, especialmente o contexto educacional, onde as questões ambientais já são rotineiramente tratadas.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. da S. X. **Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades.** Educação & Sociedade, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da arte”.** Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. **Racismo ambiental, o que é isso.** Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002.

VIÉGAS, R, N. **Desigualdade ambiental e “zonas de sacrifício”.** Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-23, 2006.

Realização:



Apoio:

